Sessão Temática: ST1 - Abordagem territorial do desenvolvimento, governança e patrimônio territorial

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CENSO AGROPECUÁRIO E OS REGISTROS DE CNPJ: O CASO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS EM GUATAMBU/SC

COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE AGRICULTURAL CENSUS AND CNPJ RECORDS: THE CASE OF RURAL FAMILY AGROINDUSTRIES IN GUATAMBU/SC

ANÁLISIS COMPARATIVO ENTRE EL CENSO AGROPECUARIO Y LOS REGISTROS DE CNPJ: EL CASO DE LAS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES RURALES EN GUATAMBU/SC

Andressa Morgan[1], Alessandra Matte[2], Melina Franco Coradini[3]

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/UTFPR. Bolsista CAPES. Professora da Faculdade SENAC-SC. E-mail: andressamorgan@alunos.utfpr.edu.br

[2] Professora no PPGSIS/UTFPR. amatte@utfpr.edu.br

[3] Professora na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). melina.franco@unir.br

Palavras-chave: Agroindústria rural; Agricultura familiar; Censo Agropecuário; Desenvolvimento rural e regional
Palabras clave: Agroindustrias Rurales; Agricultura Familiar; Censo Agropecuario; desarollo rural y regional.
Keywords: Rural Agroindustries; Family Farming; Agricultural Census; rural and regional development.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da pluralidade de definições existentes sobre o tema da agroindústria (rural, familiar etc.). Ora considerada uma empresa formalmente legalizada com registro de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e outros casos, vista como espaço de transformação de matérias-primas oriundas da agricultura familiar para subsistência, com ou sem a pretensão de acessar os mercados alimentares, sendo assim definida como agroindústria rural (formal ou informal), adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Para que uma empresa seja legalmente reconhecida como tal, é ditame no país, que possua o CNPJ (Karnopp *et al.*, 2019). O CNPJ é um número único e exclusivo atribuído pela Receita Federal, que permite a identificação fiscal das empresas, na formalização da atividade econômica (Waquil *et al.*, 2013).

Ademais, a legalização é necessária para os tramites burocráticos, como a emissão de notas fiscais, abertura de conta bancária e outros, garantindo a segurança jurídica de suas operações (Waquil *et al.*, 2013; Prezotto, 2016).

A relação da dissonância da caracterização, definição e números das agroindústrias é vista na carência de dados estáticos oficiais, em partes, relacionado as diferenças conceituais da agroindustrialização, apresentadas por órgãos governamentais.

Como exemplo, o IBGE, o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e o sistema de Classificação Nacional de Atividades econômicas (CNAE), apresentam variáveis e características não consensuais sobre as agroindústrias (Waquil *et al.*, 2013; Cruz, 2020; Wesz Junior, 2023).

Ainda que o IBGE utilize o sistema do CNAE, para classificar o número de agroindústrias, eles não correspondem aos registros mantidos nos cadastros econômicos municipais, enquanto órgão regulador (Waquil *et al.*, 2013; IBGE, 2024).

No CNAE não há uma especificidade para classificar uma empresa como agroindústria, mas para terminologias a fins. O que sugere que há uma divergência entre as duas fontes de informação, ficando evidente a diferença nos critérios atribuídos aos sistemas de categorização em sistemas oficiais.

Embora na literatura, o tema da agroindústria e agricultura familiar sejam amplamente discutidos, este trabalho parte da observação empírica das desconformidades de registros oficiais quantitativos das agroindústrias rurais e familiares.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo, realizar um levantamento comparativo entre os estabelecimentos que possuem agroindústrias rurais apontadas pelo Censo Agropecuário e os cadastros de empresas formalmente registradas com CNPJ, na cidade de Guatambu/SC.

A escolha do município de Guatambu, deve-se a proeminência da agricultura familiar, segundo o IBGE (2019), essa forma social de produção e trabalho familiar corresponde a 87% dos estabelecimentos rurais do município.

As agroindústrias da agricultura familiar elaboram alimentos artesanais, diversificados e com valor agregado, que contribuem para a geração de renda e manutenção dos agricultores nos espaços rurais e, abastecem os consumidores com alimentos saudáveis e nutritivos através dos mercados alimentares, que contribuem para os processos de desenvolvimento rural e regional (Mior, 2005; Wilkison, 2008; Gazolla, 2013; Waquil *et al.*, 2013; Cruz, 2020).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo comparativo empregando os dados do IBGE e dos registros municipais sobre o número de agroindústrias, ancorado por pesquisa bibliográfica.

A pesquisa baseou-se nos dados definitivos divulgados pelo IBGE, no Censo Agropecuário 2006 e 2017 e, em paralelo, utilizou-se os dados do Departamento de Tributos do Munícipio de Guatambu/SC, sobre o número de agroindústrias familiares.

Os dados da pesquisa, foram realizados com base no Quadro 01, pela variável - número de estabelecimentos agropecuários (Unidades), coletadas na divulgação censitária de dados abertos ao acesso público, nos Censos Agropecuários 2006 e 2017, do Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA/IBGE), que é aberto ao público e de fácil acesso.

Quadro 01 – Tabelas dos Censos Agropecuários 2006 e 2017

TABELA SIDRA IBGE	ANO
1109 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar	2006
1278 - Agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – FAO	2006
1431 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por utilização das terras e sexo do dirigente	2006
6753 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras e sexo do produtor	2017
6761 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador), condição do produtor em relação às terras e grupos de área total	2017
6960 - Produção, Venda e Valor da produção e Valor da venda na agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da agroindústria rural, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica	2017

Fonte: Censos Agropecuários 2006, 2017 (IBGE, 2012, 2019).

Em relação as informações relacionadas a formalização jurídica das agroindústrias municipais, se realizou a coleta de dados na Prefeitura Municipal de Guatambu, no Setor de Tributos, por meio de protocolo físico, registrado na Secretaria de Administração para fins de controle e atender a Lei de Acesso à Informação n.º 12.527/2011.

De posse deste relatório, se estabeleceu filtros de pesquisa, conforme as principais categorias da tabela CNAE, dispostas no Quadro 02, utilizado para padronizar as atividades econômicas em todo país e localização do estabelecimento, definidos no documento como logradouro.

Quadro 02: Principais categorias CNAE relacionadas à agroindústria

Categorias	Códigos
Seção A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	01.1 - Cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas 01.2 - Horticultura e floricultura 01.3 - Produção de sementes e mudas certificadas 01.4 - Pecuária 01.5 - Produção florestal 01.6 - Pesca e aquicultura
Seção C - Indústrias de Transformação	10.1 - Abate e fabricação de produtos de carne 10.2 - Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado 10.3 - Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais 10.4 - Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais 10.5 - Fabricação de laticínios 10.6 - Moagem de trigo e fabricação de produtos de panificação 10.7 - Fabricação de açúcar 10.8 - Fabricação de alimentos preparados 10.9 - Fabricação de rações balanceadas para animais 11.0 - Fabricação de bebidas 12.0 - Fabricação de produtos do fumo

Fonte: IBGE (2004).

Com base nessas seções do CNAE, apontado no Quadro 02, para fins de análise comparativa, cruzou-se os dados dos últimos Censos Agropecuários, com as informações de acesso local da Prefeitura Municipal. Deste modo, a análise dos estudos buscou revelar os diferentes números que estão presentes no espaço rural, por meio de uma base de dados abertos dispostos na internet com grande amplitude, como é o caso do IBGE, e outra também de acesso público, no entanto via pedido órgão municipal.

NÚMEROS DE AGROINDÚSTRIAS NOS DADOS CENSITÁRIOS E MUNICIPAIS DE GUATAMBU/SC

Diante da pluralidade das dinâmicas agroindustriais existentes no Brasil e que, em partes, pode-se atribuir, a suas múltiplas facetas socioeconômicas, seja no levantamento de informações e dados ou a falta de implementação de políticas públicas para sua expansão e consolidação (Gazolla, 2013). Compreende também, a falta de políticas públicas que apresentem condições

adequadas aos processos de elaboração e comercialização de alimentos das agroindústrias rurais

(Gazolla 2013; Cruz, 2020).

Segundo o IBGE (2019), no Brasil, o número de agroindústrias chega a 852.639, predominantemente são familiares, cerca de 84,5%, em comparação as agroindústrias não familiares que chegam a 15,5% deste total, o que demostra o papel de relevância deste tipo de produção para a segurança alimentar (Wilkinson, 2008; Mior, 2005; Wesz Junior, 2023). Presente em todas as regiões brasileiras, a agricultura familiar representa a principal fonte econômica de 90% dos munícipios com até 20 mil habitantes, responsável por cerca 35% do Produto Interno Bruno (PIB) nacional (IBGE, 2019).

A ausência de dados oficiais sobre as agroindústrias informais as torna invisíveis para o Estado e, muitas destas, necessitam da implementação de políticas públicas e instituições para seu fortalecimento socioeconômico (Gazolla, 2013; Cruz, 2020). Considerando, que historicamente pouco se avançou na discussão para um marco regulatório específico deste tipo de produção e sua comercialização, tornando-se insuficientes para garantir a inserção de alimentos elaborados de modo artesanal nos mercados alimentares formais do país (Cruz, 2020).

Para fins de credenciamento do número de unidades recenseáveis do Censo Agropecuário, pelo IBGE, a agroindústria rural é caracterizada como todo o estabelecimento agropecuário que realiza o processamento de qualquer tipo de matéria-prima própria ou adquirida de outros produtores ou agremiações de origem animal ou vegetal. Desde que este produto seja manufaturado dentro do estabelecimento, ou mesmo em outras instalações, como comunitárias ou de terceiros, e a destinação final seja controlada pelo produtor (IBGE, 2019).

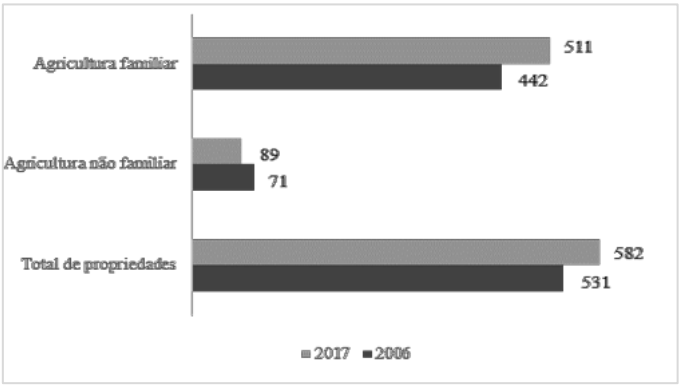
Um exemplo de como foi classificado a agroindústria familiar pelo IBGE, pode ser ilustrado por um estabelecimento rural que cultiva cana-de-açúcar e realiza o processo de beneficiamento da matéria-prima em açúcar, rapadura, cachaça entre outros, em suas instalações. Neste caso, a cana-de-açúcar é cultivada e seu processamento em derivados, é feito no próprio estabelecimento rural (dentro da porteira) e o produto é comercializado pelo próprio agricultor.

Nesse sentido, a regularização jurídica, apresenta-se como uma medida viável, para que as agroindústrias rurais possam avançar no processo de expansão produtiva e de seus mercados. O debate sobre a formalização das agroindústrias rurais familiares, é amplo na literatura, e aponta hipóteses para que muitos agricultores permaneçam na informalidade, deve-se as barreiras da legislação agroalimentar impostos pelos órgãos de inspeção (regras, procedimentos técnicos e estruturas de produção), as taxas de impostos, acarretando mais custos de produção e a questão da seguridade social (Gazolla, 2017; Karnopp *et al., 2019)*.

Para fins de análise entre os números disponibilizados pelo IBGE e o CNPJ, realizou-se a análise comparativa dos dados do município de Guatambu/SC. Localizado na Mesorregião do Oeste Catarinense, Guatambu possui uma população de 8425 habitantes, distribuídos em 62,7% na área rural e 37,3% na área urbana (IBGE, 2019; IBGE, 2022). A base econômica do munícipio é formada pelo setor agropecuário, presente neste contexto, as agroindústrias, e a dinâmica socioeconômica da agricultura familiar (Prefeitura Municipal de Guatambu, 2024).

No levantamento do Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimento agropecuários, no total municipal, soma 582 unidades, das quais a agricultura familiar está presente em 87%, e, aproximadamente, 12% pertencentes à agricultura não familiar (IBGE, 2019). Inclusive ocorre crescimento do número de estabelecimentos familiares, entre os dois levantamentos censitários, conforme o Gráfico 01, evidenciando a proeminência da agricultura familiar.

Gráfico 01- Levantamento dos estabelecimentos agropecuários de Guatambu, nos Censo Agropecuários de 2006 e 2017.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos Censos Agropecuários 2006, 2017 (IBGE, 2012, 2019).
Nota: O Censo Agropecuário 2006, considerou a definição de Agricultura familiar da Lei 11.326.

O Gráfico 01, ainda mostra que o total de estabelecimentos agropecuários aumentaram no munícipio em seu número total, cerca de 9,6% e, também, os familiares, somando um acréscimo de mais de 15%. o número de estabelecimentos não familiares, apresenta-se menor em 2017, com uma diminuição de aproximadamente 20%.

Já os estabelecimentos agropecuários que declararam possuírem agroindústria rural em Guatambu, saltou de 33 unidades, em 2006 para 81 unidades agroindustriais em 11 anos (2017), o que representa um aumento de mais de 145% (IBGE, 2012; 2019). Do montante apontado pelo IBGE (2019), das 81 instalações, 78 delas, são definidas como agroindústria familiar e 3 não familiar. Portanto, aproximadamente 96,3% podem ser definidas como agroindústria familiar e 3,7% como não familiar.

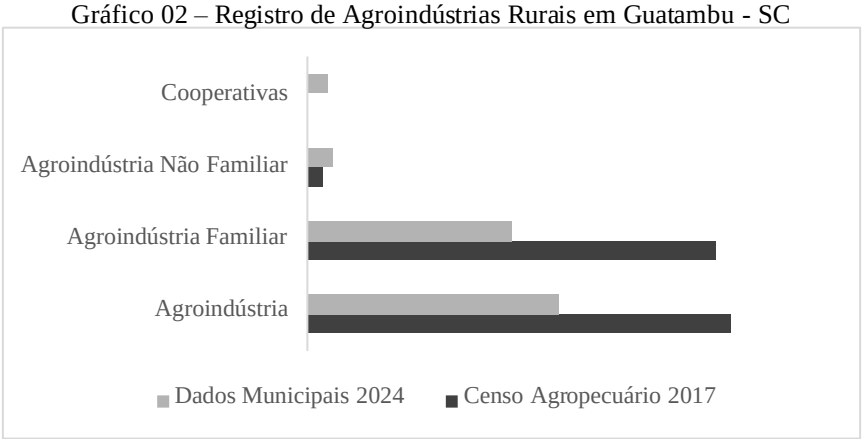
De acordo com os cadastros econômicos coletados em níveis municipais, Guatambu possui 188 empresas de diferentes segmentos comerciais e industriais. Deste total, correspondem ao número de agroindústria rural, 48 estabelecimentos. Destas 48 agroindústrias, 39 podem ser classificadas com agroindústrias rurais familiares, 05 estabelecimentos agroindústrias não familiares e 04 estabelecimentos são classificados como cooperativas. Situa-se dentre essas unidades cooperadas, três filiais, pertencente a mesma cooperativa agroindustrial (Prefeitura Municipal de Guatambu, 2024).

Em resumo, há grandes diferenças entre os dois bancos de dados usados para a investigação. Primeiro, o número registrado pelo IBGE, de agroindústrias rurais familiares encontrado foi de78 estabelecimentos, enquanto nos dados municipais apenas 39 estabelecimentos. O Censo Agropecuário 2017, apurou 03 unidades agroindústrias rurais não familiares, sendo o número de estabelecimentos economicamente ativos no banco municipal é de 09. Este último dado, demonstra a disparidade encontrada nos levantamentos feitos pelo IBGE, pois, destes 09 estabelecimentos, 05 já haviam sido registrados formalmente seus empreendimentos, datados entre 1987 até 2012 (Prefeitura Municipal de Guatambu, 2024).

Para ilustrar a disparidade entre os números de agroindústrias rurais registradas pelo IBGE e os encontrados nos registros municipais, foi elaborado um gráfico comparativo (Gráfico 02). Nele, destaca-se as possíveis implicações destes diferentes resultados para o desenvolvimento agroindustrial e alimentar da cidade de Guatambu/SC. Como pode ser observado no Gráfico

02, há uma variação significativa entre os dados do IBGE e os registros municipais. Logo, a partir deste exercício comparativo simples destas duas bases de dados diferentes, pode-se afirmar que este fenômeno observado em Guatambu, hipoteticamente, acontece em todos os municípios brasileiros.

Gráfico 02 – Registro de Agroindústrias Rurais em Guatambu - SC



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) e Prefeitura Municipal de Guatambu (2024).

Neste sentido, a pergunta que se coloca é, por que números tão diferentes de agroindústrias entre estas duas bases de dados? Primeiro, está-se comparando duas bases de dados que possuem critérios metodológicos de construção diferentes: o IBGE utiliza-se das definições oficiais das Leis da agricultura familiar para realizar seus levantamentos censitários e, os municípios, os critérios do CNAE que é voltado as atividades empresariais.

O IBGE recenseia todas as atividades de elaboração de alimentos, inclusive as informais, que cabem dentro do seu conceito de agroindústria rural; já o CNAE cadastra apenas organizações empresariais com CNPJ e que são formalizadas juridicamente. Terceiro, esta forma de proceder explica por que há sempre maiores quantidades de agroindústrias rurais nos dados censitários do que nos cadastros municipais e que são baseados na existência de CNPJ.

Administrativamente falando, toda transação de comercialização de mercadorias e/ou serviços devem ser prestados por empresa legalmente constituída, dentre a necessidade de licenças fiscais, sanitárias e previdenciárias, independe da atividade econômica (Waquil *et al.*, 2013; Prezzoto, 2016; Karnopp *et al.*, 2019). Isso levado ao formalismo pleno, qualquer atividade desenvolvida por "agroindústrias", seja ela familiar ou não, deveria ser constituída por pessoa jurídica de direito (o CNPJ).

Buscando compreender as causas destes desencontros de informações e registros, com exceção aos critérios conceituais utilizados pelos agentes de pesquisa ou instituições fiscais, identificou-

se, que algumas transações decorrentes da agricultura e das agroindústrias familiares a exime da necessidade do CNPJ. São exemplos, a comercialização por Nota de Produtor Rural, vendas diretas com o produtor em sua na unidade, por aplicativos de mensagens, em feiras locais e regionais, para intermediários, para grupos de consumo, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), entre outras formas de acesso aos mercados mais diretos com os consumidores (Mior, 2005; Wilkison, 2008; Prezzoto, 2016; Wesz Junior, 2023).

Outros fatores também podem explicar os desencontros de informações, tais como: os critérios de classificação, métodos de coleta de dados ou mesmo falhas na comunicação entre os licenciadores e os órgãos responsáveis pelo registro (Waquil *et al.*, 2013). Outra questão relevante está no período temporal de atualização dos dados, que ocorrem com frequências diferentes: enquanto o IBGE realiza censos periódicos, os registros municipais são atualizados com maior frequência, refletindo as mudanças mais rapidamente no número de agroindústrias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi o de realizar um levantamento comparativo entre os estabelecimentos que possuem agroindústrias rurais apontadas pelo Censo Agropecuário e os cadastros de empresas formalmente registradas com CNPJ, na cidade de Guatambu/SC.

Como conclusões da investigação, pode-se dizer que, a comparação entre os números de agroindústrias entre as duas bases de dados é bem diferente, porque está-se comparando duas bases estatísticas que possuem critérios metodológicos de construção diferentes: o IBGE utiliza-se das definições oficiais das Leis da agricultura familiar para realizar seus levantamentos censitários e, os municípios, os critérios do CNAE que é mais voltado as atividades empresariais.

A definição operacionalizada pelo IBGE é mais ampla e inclusiva de agroindústria e, hipoteticamente, os dados censitários sempre terão maiores números do que os municipais baseados no CNAE. Estes achados realizados por este simples exercício estatístico para o município de Guatambu/SC, possivelmente, podem ser extrapolados e serão iguais para todos os municípios brasileiros.

Por outro lado, enquanto o CNPJ é necessário para a formalização da atividade econômica e questões fiscais, não é o critério usado pelo IBGE para definir o que constitui uma agroindústria rural, pois o foco do IBGE está nas atividades de elaboração agroindustrial de alimentos e produtos e não na formalização jurídica. Portanto, no contexto dos levantamentos do IBGE, a classificação de uma agroindústria rural não depende do CNPJ e somam-se aos aspectos levados em conta pelo órgão estatístico os relacionados à produção e transformação de produtos dentro do próprio estabelecimento agropecuário e o controle sobre a destinação final desses produtos feita pelo agricultor.

REFERÊNCIAS

CRUZ, F. T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais**. Revista de Economia e Sociologia Rural**, n.58, v. 2, 2020, p. 01 -21.

GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas "condições alargadas" de reprodução social. **Revista IDeAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,** v.7, n. 2, 2013, p. 62-95.

GAZOLLA, M. Por que muitos agricultores não formalizam o comércio de alimentos através das cadeias curtas? ***In:*** GAZZOLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs.) Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017**,** p. 455 – 471.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

KARNOPP, E. *et al*. Formalidade x informalidade: análise sobre as dinâmicas das agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo (RS/Brasil*).* **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**. Faccat: Taquara/RS, v. 16, n. 1, jan./jun. 2019, p. 55 -81.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU. **Cadastro Econômico 2024**. Prefeitura Municipal: Guatambu, 2024.

PREZZOTO, L. L. **Agroindústria da agricultura familiar**: regularização e acesso ao mercado / Leomar Luiz Prezzoto. – Brasília, DF: CONTAG, 2016

WAQUIL, P. D *et al*. O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. ***In*:** WAQUIL, P. D. *et al*. (Org.) Relatório de pesquisa. Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, Brasília: 2013

WESZ JUNIOR, V. Agroindústria rural no Brasil: um panorama histórico (1960 - 2017). **Espaço e Economia**, v. 25, 2023.

WILKINSON, J. **O estado, a agricultura e a pequena produção** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 229 [online].